

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVA OBJETIVA DE SELEÇÃO--**Questão 1**

No exercício das competências legais, é vedado ao notário

- Ⓐ disponibilizar às partes os originais dos instrumentos adequados à formalização dos negócios entre as partes.
- Ⓑ intervir nos atos e negócios jurídicos a que as partes devam dar forma legal.
- Ⓒ intervir nos atos e negócios jurídicos a que as partes queiram dar forma legal.
- Ⓓ autorizar a redação dos instrumentos adequados à formalização dos negócios entre as partes.
- Ⓔ redigir os instrumentos adequados à formalização dos negócios entre as partes.

Questão 2

De acordo com o disposto na Lei n.º 8.935/1994, é vedado aos tabeliães de protesto de título

- Ⓐ postergar o protocolo dos documentos de dívida.
- Ⓑ intimar os devedores dos títulos a aceitá-los, devolvê-los ou pagá-los, sob pena de protesto.
- Ⓒ receber o pagamento dos títulos protocolizados e dar a devida quitação.
- Ⓓ acatar o pedido de desistência do protesto formulado pelo apresentante.
- Ⓔ lavrar o protesto, registrando em outro meio que não seja em livro próprio.

Questão 3

Caso um oficial de registro exija do cidadão emolumentos que, em conformidade com a Lei n.º 9.534/1997, devam ser gratuitos, será ele punido com

- Ⓐ repreensão severa, que será mantida em seus apontamentos por cinco anos.
- Ⓑ suspensão da delegação pelo período de 90 dias.
- Ⓒ extinção da delegação.
- Ⓓ aposentadoria compulsória.
- Ⓔ multa.

Questão 4

Segundo a Constituição Federal de 1988 (CF), certos servidores públicos serão aposentados compulsoriamente aos 75 anos de idade. Consoante o STF, essa regra se aplica a tabelião ou registrador titular de serventia não estatizada caso ele

- Ⓐ exerça outra atividade além da delegação.
- Ⓑ tenha ocupado a serventia como interventor, em razão de perda da delegação do titular anterior.
- Ⓒ seja ocupante de cargo público efetivo e receba remuneração proveniente dos cofres públicos.
- Ⓓ seja ocupante da serventia antes da data de promulgação da CF.
- Ⓔ não seja concursado.

Questão 5

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) editou resolução destinada a instituir, no âmbito do Poder Judiciário, a Política Nacional de Atenção à População em Situação de Rua. Para efeitos dessa política, a referida população caracteriza-se, entre outros aspectos, por

- Ⓐ utilizar logradouros públicos e áreas degradadas como espaço de moradia.
- Ⓑ ser um grupo homogêneo.
- Ⓒ estar em situação de pobreza média ou extrema.
- Ⓓ não ter vínculos familiares.
- Ⓔ ter moradia irregular em casa de parentes.

Questão 6

Assinale a opção correta acerca da sustação do protesto em conformidade com o disposto na Lei n.º 9.492/1997.

- Ⓐ A referida sustação pode decorrer de ato do apresentante ou do Poder Judiciário.
- Ⓑ O título cujo protesto tiver sido sustado judicialmente poderá ser retirado pelo apresentante, independentemente de autorização judicial.
- Ⓒ Promovida a sustação por decisão do juízo, o título será encaminhado pelo tabelião aos autos do processo em que ocorreu a sustação.
- Ⓓ O título cujo protesto tiver sido sustado judicialmente poderá ser pago pelo apresentante, independentemente de autorização judicial.
- Ⓔ Revogada a ordem judicial de sustação, não é necessário proceder a nova intimação do devedor.

Questão 7

A Política Urbana Brasileira, instituída pelo Estatuto das Cidades, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante diversas diretrizes gerais, entre elas, a ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar

- Ⓐ a retenção especulativa de imóvel urbano a qual resulte na sua subutilização ou não utilização.
- Ⓑ a superlotação dos imóveis residenciais.
- Ⓒ os loteamentos em áreas não assistidas por transporte público.
- Ⓓ a instalação de instituições de saúde próximas a residências.
- Ⓔ a instalação de indústrias em áreas residenciais.

Questão 8

Segundo o Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina, declarada a vacância da serventia, o corregedor-geral do foro extrajudicial designará como interino quem exerça há mais tempo a função de escrevente substituto, ainda que não seja o substituto legal. Todavia, caso o escrevente substituto não reúna condições de responder pela serventia vaga, será designado delegatário

- Ⓐ o escrevente mais antigo da serventia.
- Ⓑ o tabelião ou registrador substituto com mais tempo de serviço em outra serventia e que esteja em exercício no mesmo município ou no município contíguo e, ainda, desempenhe uma das atribuições do serviço vago.
- Ⓒ o candidato aprovado no último concurso, em primeiro lugar após as vagas existentes quando da abertura do certame.
- Ⓓ o tabelião ou registrador que esteja em exercício no mesmo município ou no município contíguo e que tenha uma das atribuições do serviço vago.
- Ⓔ o empregado mais antigo da serventia vaga, desde que tenha formação em direito e, no mínimo, dez anos de exercício comprovados em atividade notarial ou registral.

Questão 9

A Lei de Registros Públicos segrega as atividades de registros e de averbações entre os diversos tipos de serventias. No registro civil, são objeto de registro as sentenças que

- Ⓐ declararem a filiação legítima.
- Ⓑ decidirem a nulidade ou anulação do casamento.
- Ⓒ decidirem o restabelecimento da sociedade conjugal.
- Ⓓ deferirem a legitimação adotiva.
- Ⓔ julgarem ilegítimos os filhos concebidos na constância do casamento.

Questão 10

De acordo com o Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina, o pedido de conversão de união estável em casamento

- ☐ A pode ser formalizado pelos conviventes em conjunto ou individualmente.
- ☐ B pode ser realizado por escrito ou verbalmente.
- ☐ C dispensa declaração de desimpedimento dos conviventes para casar.
- ☐ D prescinde de declaração de que a união objetiva a formação de família.
- ☐ E é requisito para declaração de convivência duradoura, pública e contínua.

Questão 11

A respeito da legitimidade ativa nas ações de controle de constitucionalidade, assinale a opção correta.

- ☐ A Governador de estado, mesmo quando afastado cautelarmente de suas funções, tem legitimidade ativa para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade (ADI).
- ☐ B Um dos requisitos para o reconhecimento da legitimidade de entidades de classe de âmbito nacional para o ajuizamento de ação declaratória de constitucionalidade (ADC) é a presença de associados em, pelo menos, oito estados federados.
- ☐ C O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) é parte legítima para ingressar com ação direta de inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF).
- ☐ D Partido político com representação no Congresso Nacional não dispõe de capacidade postulatória especial para propor ações em controle concentrado de constitucionalidade.
- ☐ E Os Estados-membros incluem-se no rol dos legitimados a agir como sujeitos processuais em sede de controle concentrado de constitucionalidade.

Questão 12

Um grupo conhecido como sangue azul organizou-se sob a forma de associação com fins paramilitares e, em seu estatuto, registrou claros propósitos de incitação a comportamentos antissemitas, defesa do holocausto e violência contra nordestinos. Ao tomar conhecimento disso, o Ministério Público propôs ação civil pública, requerendo a dissolução dessa associação.

Considerando a situação hipotética anterior, assinale a opção correta à luz dos direitos, das garantias e dos princípios fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 (CF).

- ☐ A Comprovada a atividade ilícita da associação constituída, um ato administrativo do poder público é suficiente para determinar a dissolução dela.
- ☐ B É vedada a interferência do Poder Judiciário no funcionamento das associações, em razão do princípio da liberdade de associação.
- ☐ C O funcionamento dessa associação viola o fundamento da República que consiste na promoção do bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- ☐ D A justificativa de intervenção estatal no caso funda-se apenas no caráter paramilitar da referida associação.
- ☐ E A suspensão das atividades da associação pode ocorrer por decisão judicial ainda não transitada em julgado.

Questão 13

No que se refere ao desmembramento dos entes federados, assinale a opção correta.

- ☐ A Na hipótese de desmembramento de município, é indispensável a consulta, por meio de plebiscito, à população do território a ser desmembrado, mas não à do território remanescente.
- ☐ B A alteração meramente dos limites territoriais de um município com outro prescinde da realização de consulta prévia às populações dos municípios envolvidos.
- ☐ C Não é possível o desmembramento de estados, devido à proibição do direito de secessão.
- ☐ D Atualmente, nenhum município pode ser criado, incorporado, fundido ou desmembrado no Brasil, visto que ainda não existe lei complementar federal que estabeleça o procedimento e o período no qual tais entes poderão ser criados, incorporados, fundidos ou desmembrados.
- ☐ E A criação, a incorporação, a fusão ou o desmembramento de municípios deve-se dar por decreto do governador do estado, desde que haja a observância dos estudos de viabilidade municipal.

Questão 14

Com base nas disposições da CF referentes ao presidente da República, assinale a opção correta.

- ☐ A O presidente da República poderá ser preso em flagrante pelo cometimento de crime inafiançável.
- ☐ B Compete ao presidente da República, em ato indelegável, conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessária, dos órgãos instituídos em lei.
- ☐ C O presidente da República cometerá crime de responsabilidade se praticar ato que atente contra a segurança interna do Brasil.
- ☐ D Em caso de vacância dos cargos de presidente e de vice-presidente da República no curso do mandato, deve ser realizada nova eleição direta em até trinta dias depois da última vaga.
- ☐ E O presidente e o vice-presidente da República não poderão ausentar-se do Brasil por mais de dez dias sem licença do Congresso Nacional, sob pena de afastamento do cargo.

Questão 15

A respeito do processo legislativo brasileiro, assinale a opção correta.

- ☐ A Segundo o STF, é possível, excepcionalmente, a edição de medidas provisórias que tratem de matéria ambiental, desde que veiculem normas favoráveis ao meio ambiente.
- ☐ B Conforme o STF, a sanção do presidente da República poderá convalidar projeto de lei proposto com vício de iniciativa.
- ☐ C A CF proíbe emendas parlamentares em projetos de lei de iniciativa exclusiva do presidente da República.
- ☐ D Nos termos da CF, é vedada a reedição, na mesma legislatura, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.
- ☐ E A CF não poderá ser emendada na vigência de intervenção estadual.

Questão 16

Assinale a opção correta em relação à fiscalização contábil, financeira e orçamentária exercida pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

- Ⓐ Cabe ao TCU apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, inclusive, das nomeações para cargo de provimento em comissão, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo poder público.
- Ⓑ As decisões do TCU de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.
- Ⓒ Cabe ao TCU julgar as contas prestadas anualmente pelo presidente da República, no prazo de sessenta dias, contado de seu recebimento.
- Ⓓ Segundo o STF, nos processos de apreciação da legalidade de atos de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão no âmbito do TCU, asseguram-se o contraditório e a ampla defesa.
- Ⓔ Todo partido político tem o dever de denunciar ao TCU irregularidades ou ilegalidades de que tenha conhecimento, sob pena de responsabilidade criminal.

Questão 17

A respeito do Poder Judiciário, assinale a opção correta.

- Ⓐ O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é órgão externo ao Poder Judiciário.
- Ⓑ Atos de administração, atos de mero expediente e sentenças são delegáveis aos servidores do Poder Judiciário.
- Ⓒ Viola a cláusula de reserva de plenário a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte.
- Ⓓ Os juízes adquirem vitaliciedade somente após três anos de exercício efetivo.
- Ⓔ Aos juízes é vedado exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outro cargo ou função.

Questão 18

No que diz respeito à educação, à cultura, ao desporto e ao meio ambiente, assinale a opção correta.

- Ⓐ A garantia constitucional da gratuidade de ensino não obsta a cobrança, por universidades públicas, de mensalidade em cursos de especialização.
- Ⓑ Atualmente, o ensino domiciliar (*homeschooling*) é reconhecido pelo STF como meio lícito de cumprimento, pela família, do dever de prover a educação de crianças e adolescentes, desde que haja o consentimento dos pais.
- Ⓒ Somente práticas desportivas formais são obrigatoriamente fomentadas e protegidas pelo poder público.
- Ⓓ Viola a CF lei que, a fim de resguardar a liberdade religiosa, permita o sacrifício ritual de animais em cultos de religiões de matriz africana.
- Ⓔ Os agentes de condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente, caso sejam pessoas jurídicas, sujeitam-se a apenas sanções administrativas.

Questão 19

Considerando as normas da CF acerca de família, criança, adolescente, jovem, pessoas idosas e povos indígenas, assinale a opção correta.

- Ⓐ Aos maiores de sessenta anos de idade é garantida a gratuidade nos transportes coletivos urbanos.
- Ⓑ As terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas destinam-se à sua propriedade.
- Ⓒ O dever dos filhos maiores de idade em amparar os pais é limitado a situações de doença.
- Ⓓ A comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes é considerada entidade familiar.
- Ⓔ É vedada a adoção de crianças brasileiras por estrangeiros residentes no exterior, como forma de protegê-las.

Questão 20

Com base na Constituição do Estado de Santa Catarina, assinale a opção correta.

- Ⓐ A referida Constituição não prevê iniciativa popular para a propositura de emenda a ela.
- Ⓑ Ao tomar posse, todo agente público, qualquer que seja sua categoria ou a natureza do cargo, do emprego ou da função, terá obrigatoriamente sua declaração de bens registrada na Secretaria de Fazenda do Estado de Santa Catarina.
- Ⓒ Os partidos políticos com representação em câmara de vereadores do estado têm legitimidade para propor ADI de lei ou de ato normativo estadual ou municipal.
- Ⓓ Eventuais atos do governador que atentem contra o livre exercício do Ministério Público caracterizarão crime de responsabilidade previsto na referida Constituição.
- Ⓔ O Conselho de Governo, órgão superior de consulta do Poder Executivo estadual, é integrado por cinco cidadãos brasileiros maiores de 35 anos de idade, nomeados pelo governador do estado para mandato de dois anos, permitida a recondução.

Questão 21

O governador de determinado estado, em obediência a lei estadual, expediu decreto que regulamenta a proibição da venda de sacolas plásticas nos limites de seu território.

A partir da situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

- Ⓐ Eventual ausência de motivação explícita desse decreto não o macula.
- Ⓑ Por ser ato legislativo, esse decreto não se submete aos requisitos do ato administrativo.
- Ⓒ O objeto do decreto em questão é a preservação do meio ambiente.
- Ⓓ O decreto é a forma do ato administrativo em questão.
- Ⓔ O conteúdo do decreto é a lei estadual que ele se prestou a regulamentar.

Questão 22

Determinado município contratou, diretamente, artista com notória especialização para a pintura de um muro em ponto turístico da cidade, justificando a contratação direta por inexigibilidade de licitação. Poucos meses após o recebimento do objeto contratado, a pintura foi descaracterizada pela ação da chuva no local.

Acerca dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- Ⓐ A descaracterização da pintura pela ação da chuva constitui um fato administrativo.
- Ⓑ O agente público responsável pela gestão do contrato deverá responder por improbidade administrativa.
- Ⓒ O caso impõe o dever de anular o contrato efetivado com inexigibilidade de licitação.
- Ⓓ A rescisão do contrato pela administração municipal é medida que se impõe.
- Ⓔ Uma vez que houve o recebimento do objeto contratado, não subsiste mais nenhuma obrigação do artista que o executou.

Questão 23

Considerando a legislação que dispõe sobre as agências reguladoras e seus poderes, bem como a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) acerca desse tema, assinale a opção correta.

- Ⓐ Há uma relação de subordinação hierárquica entre a agência reguladora e o ministério de Estado ao qual ela seja vinculada.
- Ⓑ O poder de polícia, no âmbito da atuação de agência reguladora, viabiliza que ela realize busca e apreensão.
- Ⓒ A função precípua das agências reguladoras é exercer o controle sobre particulares que prestam serviços de interesse público.
- Ⓓ O poder regulatório dessas autarquias especiais encontra fundamento no poder regulamentar, do qual estão investidos os órgãos integrantes da administração pública.
- Ⓔ A destituição discricionária de dirigente de agência reguladora por ato do chefe do Poder Executivo caracteriza desvio de poder.

Questão 24

O princípio da juridicidade

- Ⓐ não foi adotado pelo ordenamento jurídico brasileiro.
- Ⓑ está contido no princípio da legalidade.
- Ⓒ surgiu da constitucionalização do direito administrativo.
- Ⓓ é uma construção do ordenamento jurídico brasileiro.
- Ⓔ é conhecido também como princípio da eticidade administrativa.

Questão 25

José Maria, viúvo, teve um benefício previdenciário negado em virtude de erro do cartório na expedição da certidão de óbito de sua falecida esposa. Em virtude desse fato, propôs demanda indenizatória contra o estado delegante do serviço.

Em relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta, considerando a jurisprudência do STF a respeito da responsabilidade civil do Estado e de seus agentes.

- Ⓐ A responsabilidade do Estado e do oficial de registro é objetiva, podendo José Maria decidir contra quem direcionar sua demanda indenizatória.
- Ⓑ Se for condenado, o Estado deverá propor ação de regresso contra o oficial de registro que tenha agido com dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa.
- Ⓒ Eventual culpa exclusiva de José Maria não terá o condão de excluir o dever do Estado de indenizá-lo.
- Ⓓ A demanda proposta por José Maria é improcedente, pois o Estado tem o dever de suportar apenas o ônus financeiro decorrente de eventual condenação do registrador.
- Ⓔ A responsabilidade do oficial de registro, nesse caso, é equivalente à das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos.

Questão 26

No que tange à organização administrativa, assinale a opção correta.

- Ⓐ O Estado pode explorar atividade econômica, como protagonista, por meio das empresas públicas e sociedades de economia mista.
- Ⓑ O Estado normatiza a atividade econômica de interesse privado por meio das agências reguladoras.
- Ⓒ A transferência do controle de subsidiária integral de empresa pública depende de prévia autorização legislativa.
- Ⓓ Toda pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público integra a administração pública indireta.
- Ⓔ A atividade estatal de fomento é caracterizada por uma intervenção direta e coercitiva do Estado sobre o agente privado.

Questão 27

Gabriel e Davi foram contratados, por determinado município do estado de Santa Catarina, para apresentar um *show* de humor no festival de inverno da cidade. A licitação para a contratação dos artistas foi dispensada por inexigibilidade de licitação, sem que fosse apresentado contrato de exclusividade dos artistas com o empresário contratado. Após o *show* e a apresentação do recibo de pagamento pelos contratados, a imprensa divulgou que o preço pago pelo município excedia em 100% aquele pago por contratantes privados por uma idêntica apresentação. Ao analisar as contas do administrador, o tribunal de contas do estado aplicou-lhe multa.

A partir da situação hipotética apresentada, assinale a opção correta referente a licitações e contratos administrativos e ao controle da administração pública.

- Ⓐ Se o administrador demonstrar que desconhecia o superfaturamento do contrato, a penalidade por improbidade administrativa poderá ser atenuada.
- Ⓑ A simples demonstração de pagamento de preço superfaturado sujeita o gestor a sanção por improbidade administrativa.
- Ⓒ A ausência do contrato de exclusividade do empresário representante dos artistas torna indevida a contratação por inexigibilidade de licitação.
- Ⓓ É imprescritível a pretensão de ressarcimento ao erário fundada na decisão do tribunal de contas do estado.
- Ⓔ As penalidades estabelecidas na Lei n.º 8.429/1992 não podem ser aplicadas a Gabriel e Davi, em virtude de eles não serem agentes públicos.

Questão 28

A luz do disposto na Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, assinale a opção correta.

- Ⓐ A aplicação dessa lei está restrita aos órgãos do Poder Executivo federal.
- Ⓑ A administração pública tem o dever de, explicitamente, emitir decisão sobre solicitações ou reclamações em matéria de sua competência.
- Ⓒ A ausência de reconhecimento de firma torna inválido eventual recurso interposto.
- Ⓓ A intimação no processo administrativo se dá, em regra, por publicação em diário oficial.
- Ⓔ Aplicam-se os efeitos da revelia ao interessado que deixar de responder aos atos de intimação no processo.

Questão 29

A Lei n.º 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos)

- Ⓐ é aplicável às empresas públicas e às sociedades de economia mista, salvo no que diz respeito às sanções penais.
- Ⓑ é aplicável às repartições públicas brasileiras sediadas no exterior, salvo se houver norma local mais protetiva ao erário.
- Ⓒ é aplicável à contratação de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda.
- Ⓓ não é aplicável às contratações de tecnologia da informação.
- Ⓔ não é aplicável às contratações relativas à gestão, direta ou indireta, das reservas internacionais do Brasil.

Questão 30

Com base no Código de Normas e Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Santa Catarina, assinale a opção correta.

- ☐ A Em caso de vacância da serventia, assumirá o cargo de interino o escrevente substituto mais antigo, ainda que não seja o substituto legal.
- ☐ B É vedada a exibição do nome do notário ou do oficial de registro na identificação da respectiva serventia em páginas da Internet.
- ☐ C As serventias extrajudiciais estão dispensadas do funcionamento em horário de plantão.
- ☐ D O delegatário poderá designar até dois escreventes para exercer, concomitantemente, a função de substituto legal.
- ☐ E Em caso de afastamento do delegatário de uma serventia por faltas a ele imputadas, o delegatário de outra serventia poderá ser designado interventor, desde que não seja acusado das mesmas faltas imputadas ao delegatário afastado.

Questão 31

É competência concorrente da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal instituir

- ☐ A impostos sobre transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens ou direitos (ITCMD).
- ☐ B taxas, em razão do exercício do poder de polícia.
- ☐ C impostos sobre propriedade territorial rural (ITR).
- ☐ D empréstimos compulsórios.
- ☐ E contribuições sociais.

Questão 32

Segundo o Código Tributário Nacional (CTN), a legislação tributária que disponha sobre outorga de isenção é interpretada

- ☐ A pelo método histórico.
- ☐ B literalmente.
- ☐ C pelo método teleológico.
- ☐ D por analogia.
- ☐ E de forma sistemática.

Questão 33

É correto afirmar que a anistia de tributos

- ☐ A aplica-se restritivamente às contravenções penais.
- ☐ B isenta o contribuinte de obrigações tributárias acessórias.
- ☐ C abrange exclusivamente ilícitos tributários cometidos antes da lei concedente.
- ☐ D possui efeitos prospectivos, impedindo a tributação.
- ☐ E redime a dívida tributária, dissolvendo o fato gerador.

Questão 34

Assinale a opção correta a respeito do imposto sobre transmissão de bens imóveis (ITBI), segundo o disposto no texto constitucional e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

- ☐ A Esse imposto incide sobre transmissões onerosas e gratuitas.
- ☐ B A base de cálculo do referido imposto vincula-se à base de cálculo do IPTU.
- ☐ C Apenas o adquirente do imóvel pode ser sujeito passivo do ITBI.
- ☐ D O ITBI é progressivo em razão do valor do imóvel.
- ☐ E O ITBI é passível de restituição, no caso de anulação da venda do imóvel.

Questão 35

Julgue os próximos itens, a respeito de fato gerador de obrigação tributária.

- I Não se consideram, na interpretação da definição legal de fato gerador, os efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.
- II O fato gerador de impostos depende de atividade estatal específica, definida em lei, como retribuição ao contribuinte.
- III É válida obrigação tributária acessória com base em obrigação de não fazer, por parte do contribuinte.

Assinale a opção correta.

- ☐ A Apenas o item I está certo.
- ☐ B Apenas o item II está certo.
- ☐ C Apenas os itens I e III estão certos.
- ☐ D Apenas os itens II e III estão certos.
- ☐ E Todos os itens estão certos.

Questão 36

De acordo com o disposto no CTN, são requisitos essenciais para que se atribua a responsabilidade tributária ao notário, tabelião e registrador em relação às obrigações tributárias que lhes competem fiscalizar:

- I possibilidade de exigência do recolhimento do tributo pelo contribuinte direto;
- II existência de conduta omissiva de natureza culposa;
- III prática de atos por esses agentes, ou perante eles, em razão do seu ofício e, quando em matéria de penalidades, que se relacionem somente às de caráter moratório.

Assinale a opção correta.

- ☐ A Apenas o item I está certo.
- ☐ B Apenas o item III está certo.
- ☐ C Apenas os itens I e III estão certos.
- ☐ D Apenas os itens II e III estão certos.
- ☐ E Todos os itens estão certos.

Questão 37

A luz do disposto na Lei Orgânica da Previdência Social (Lei n.º 3.807/1960) acerca da concessão de aposentadorias e pensões, assinale a opção correta.

- ☐ A Prescreve em 10 anos o direito ao benefício e, em 5 anos, prescrevem as prestações não reclamadas.
- ☐ B É imprescritível o direito ao benefício, mas prescreverão, em 5 anos, as prestações não reclamadas.
- ☐ C Prescreve em 8 anos o direito ao benefício e, em 3 anos, prescrevem as prestações não reclamadas.
- ☐ D É imprescritível o direito ao benefício e às prestações não reclamadas.
- ☐ E É imprescritível o direito ao benefício, mas prescreverão, em 8 anos, as prestações não reclamadas.

Questão 38

De acordo com o Decreto-lei n.º 1.510/1976, será considerada empresa individual a pessoa física que

- ☐ A alienar imóvel a micro e pequena empresa.
- ☐ B adquirir imóvel em loteamento irregular de terrenos.
- ☐ C se beneficiar de dois ou mais imóveis adquiridos por usucapião.
- ☐ D promover a incorporação de prédios em condomínios.
- ☐ E praticar eventualmente a venda de imóveis em seu nome.

Questão 39

Constitui requisito para a aceitação da denúncia espontânea

- ☐ A a garantia da dívida tributária em juízo.
- ☐ B o início da atividade de fiscalização.
- ☐ C a confissão voluntária do débito tributário.
- ☐ D o trânsito em julgado do processo administrativo-tributário.
- ☐ E a cobrança do tributo pelo fisco.

Questão 40

Segundo a Lei Estadual n.º 10.297/1996 de Santa Catarina, em regra, o imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) a recolher, pelo confronto entre os débitos e os créditos escriturados no período legal, é apurado

- A** mensalmente.
- B** anualmente.
- C** semestralmente.
- D** bimestralmente.
- E** trimestralmente.

Questão 41

Determinada empresa privada do ramo da construção civil encomendou uma pesquisa estatística acerca dos hábitos de reforma habitacional da população de determinada cidade brasileira, com indicação, entre outras informações, da frequência de obras e do gasto médio da região nas empreitadas.

Nessa situação hipotética, à luz da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a empresa

- A** está desobrigada de observar os princípios e as regras constantes na LGPD, por serem aplicáveis somente às pessoas jurídicas de direito público.
- B** deve, necessariamente, observar os princípios e as regras constantes na LGPD, por serem aplicáveis a todo tipo de pesquisa de manipulação de informações estatísticas.
- C** deve, necessariamente, observar os princípios e as regras constantes na LGPD, que determina sua aplicação quando forem manipuladas informações relacionadas a custos e valores.
- D** deve, necessariamente, observar os princípios e as regras constantes na LGPD caso a pesquisa inclua informações que permitam identificar pessoas físicas que dela participem.
- E** está desobrigada de observar os princípios e as regras constantes na LGPD, que é aplicada somente no âmbito de pesquisas estatísticas que abrangem todo o território nacional.

Questão 42

Devido a diagnóstico de grave problema renal, Antônio recebeu indicação médica de transplante renal. Após investigação com parentes, amigos e conhecidos, constatou-se que somente Luiz, vizinho de Antônio havia mais de trinta anos, tinha compatibilidade para o seguimento dos procedimentos cirúrgicos. Assim, Luiz, juridicamente capaz, concordou expressamente em realizar a doação do órgão.

À luz da Lei n.º 9.434/1997 — Lei de Transplantes, é correto afirmar que, na situação hipotética apresentada, Luiz

- A** poderá doar um rim, desde que isso não afete a sua integridade nem represente grave comprometimento de suas aptidões vitais, sendo dispensada, para tanto, autorização judicial, por ele ser uma pessoa juridicamente capaz.
- B** não poderá revogar seu consentimento de doação quando os envolvidos já estiverem internados e o transplante estiver planejado para ser realizado em menos de 24 horas.
- C** poderá doar um rim, desde que isso não afete a sua integridade nem represente grave comprometimento de suas aptidões vitais, sendo exigida autorização judicial para tanto, ainda que ele seja pessoa juridicamente capaz e tenha autorizado expressamente o procedimento.
- D** poderá doar um rim, desde que isso não afete a sua integridade nem represente grave comprometimento de suas aptidões vitais, bastando, para tanto, que apresente uma autorização por escrito, assinada por duas testemunhas e registrada em cartório.
- E** poderá doar um rim, desde que isso não afete a sua integridade nem represente grave comprometimento de suas aptidões vitais, sendo lícita a cobrança, em contrapartida, de um valor, razoável e simbólico, a Antônio.

Questão 43

De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, barreiras são qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa com deficiência, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros. Para fins desse estatuto, as barreiras existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo são denominadas

- A** tecnológicas.
- B** urbanísticas.
- C** arquitetônicas.
- D** capacitistas.
- E** atitudinais.

Questão 44

João, depois de ter completado 22 anos de idade, descobriu, por intermédio de seus familiares, quem era seu pai. Assim, ajuizou uma ação de reconhecimento de paternidade e, em paralelo, compareceu ao ofício de registro de pessoas naturais de sua cidade, para realizar o procedimento extrajudicial.

Com base no Provimento n.º 16/2012 do CNJ, é correto afirmar que, na situação hipotética precedente, João procedeu

- A** de maneira equivocada, visto que, por ser maior de 21 anos de idade, somente poderia ajuizar uma demanda judicial para o reconhecimento da paternidade, sendo inadmissível buscar extrajudicialmente o poder público com essa finalidade.
- B** corretamente ao ajuizar a demanda judicial e, em sequência, provocar o poder público de maneira extrajudicial, a fim de alcançar a solução mais célere possível.
- C** de maneira equivocada, pois não deveria ter buscado o poder público de maneira extrajudicial, uma vez que já havia buscado o reconhecimento da paternidade em juízo.
- D** corretamente, porque, embora ele pudesse ingressar judicialmente a qualquer tempo, ainda que por representação, o procedimento extrajudicial junto ao poder público é autorizado exclusivamente aos maiores de 21 anos de idade, independentemente de manifestação do Ministério Público.
- E** corretamente, porque, embora ele pudesse ingressar judicialmente a qualquer tempo, ainda que por representação, o procedimento extrajudicial junto ao poder público é autorizado exclusivamente para os maiores de 21 anos de idade e condicionado a manifestação do Ministério Público.

Questão 45

Guilherme é um homem transexual que ainda não retificou seu registro de prenome e gênero por ter uma relação conturbada com sua mãe, que nega sua identidade de gênero. Ela alega que a identidade de Guilherme não faz sentido porque ele foi casado por muito tempo com uma pessoa do gênero masculino, com quem teve um filho, atualmente de seis anos de idade. Depois de uma longa conversa com seu pai, que o apoia, Guilherme decidiu ir ao ofício de registro de pessoas naturais de sua cidade, para realizar a desejada alteração.

Em relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta de acordo com o Provimento n.º 73/2018 do CNJ.

- ☐ A Guilherme deverá, necessariamente, realizar o procedimento de alteração de prenome e de gênero no ofício de registro de pessoas naturais em que o seu assento de registro foi originalmente lavrado.
- ☐ B Guilherme poderá proceder com pedido extrajudicial de alteração de prenome e de gênero e, concomitantemente, ajuizar demanda com o mesmo objetivo, tendo em vista a solução mais célere possível.
- ☐ C Os documentos exigidos para alteração de prenome e de gênero que forem apresentados devidamente por Guilherme deverão ser mantidos no arquivo da serventia pelo prazo máximo de 25 anos.
- ☐ D A averbação de eventual alteração de prenome e de gênero de Guilherme no registro de nascimento do seu filho dependerá da anuência do outro genitor, porém, em caso de discordância deste, seu consentimento poderá ser suprido judicialmente.
- ☐ E A averbação de eventual alteração de prenome e de gênero de Guilherme no registro de nascimento do seu filho independe da anuência do outro genitor.

Questão 46

Francisco, de 78 anos de idade, está abrigado em uma instituição rural sem fins lucrativos conveniada ao poder público desde que seu único filho, George, faleceu em um acidente de carro. Atualmente, Francisco necessita de cuidados intensivos de saúde, em razão de uma grave doença degenerativa que o impede de se locomover.

Nessa situação hipotética, conforme prevê o Estatuto da Pessoa Idosa — Lei n.º 10.741/2003, Francisco

- ☐ A tem direito a atendimento domiciliar e a internação pelo Sistema Único de Saúde (SUS), para que lhe seja assegurada atenção integral à saúde.
- ☐ B terá direito a atendimento domiciliar e a internação pelo Sistema Único de Saúde (SUS) apenas quando completar oitenta anos de idade.
- ☐ C tem direito à internação pelo Sistema Único de Saúde (SUS), mas não ao atendimento domiciliar.
- ☐ D não tem direito a atendimento domiciliar nem a internação pelo Sistema Único de Saúde (SUS), porque esse direito é assegurado somente às pessoas idosas abrigadas em instituições públicas.
- ☐ E não tem direito a atendimento domiciliar nem a internação pelo Sistema Único de Saúde (SUS), porque esse direito é assegurado somente às pessoas idosas abrigadas em instituições urbanas.

Questão 47

Lurdes comprou, à vista, um relógio para o seu filho, por meio do *site* de uma empresa localizada em unidade da Federação distinta daquela onde ela reside. Ela recebeu o produto regularmente e, após doze dias, o entregou ao filho. Quando ele abriu a embalagem, Lurdes percebeu que, embora a cor do relógio fosse a indicada no momento da compra, não lhe agradava como esperado.

Nessa situação hipotética, à luz do Código de Defesa do Consumidor, Lurdes

- ☐ A não poderá exercer seu direito de arrependimento, que, no caso, cabe a seu filho, que recebeu, por fim, o produto e, portanto, é o único consumidor na cadeia consumerista.
- ☐ B poderá exercer seu direito de arrependimento e realizar a devolução do relógio, caso em que deverá receber, imediatamente, a integralidade do valor pago, monetariamente atualizado, por ter sido a compra realizada fora de estabelecimento comercial.
- ☐ C poderá exercer seu direito de arrependimento e realizar a devolução do relógio, caso em que a empresa poderá optar por estornar-lhe a integralidade do valor pago, monetariamente atualizado, em até três meses da devolução do produto, por ter sido a compra realizada fora de estabelecimento comercial.
- ☐ D não poderá exercer seu direito de arrependimento, porque se esgotou o prazo legalmente previsto para fazê-lo, haja vista a compra ter sido realizada fora de estabelecimento comercial.
- ☐ E não poderá exercer seu direito de arrependimento, porque, uma vez corretas as informações do produto recebido, inexistia direito de arrependimento a ser invocado.

Questão 48

Eduardo alugava um prédio urbano de propriedade da sua esposa, Cláudia, para o funcionamento da empresa dele. Em razão de diversos desentendimentos entre o casal, Eduardo parou de efetuar o pagamento de aluguéis, fato que levou Cláudia a pedir o divórcio. Assim, eles se divorciaram e, posteriormente, Cláudia resolveu ajuizar uma ação de cobrança contra Eduardo.

De acordo com o Código Civil, na situação hipotética apresentada, o prazo prescricional para Cláudia ajuizar a referida demanda em desfavor de Eduardo é de

- ☐ A dois anos, contados da data do inadimplemento de Eduardo.
- ☐ B três anos, contados da data do inadimplemento de Eduardo.
- ☐ C dois anos, contados da data em que Cláudia e Eduardo se divorciaram.
- ☐ D um ano, contado da data do inadimplemento de Eduardo.
- ☐ E três anos, contados da data em que Cláudia e Eduardo se divorciaram.

Questão 49

O defeito do negócio jurídico no qual a pessoa desfalca seu patrimônio, a ponto de se tornar insolvente e, assim, não honrar com suas obrigações de cunho material, é denominado

- ☐ A estado de perigo, considerado um vício social.
- ☐ B fraude contra credores, considerada um vício social.
- ☐ C fraude contra credores, considerada um vício de consentimento.
- ☐ D lesão, considerada um vício social.
- ☐ E lesão, considerada um vício de consentimento.

Questão 50

Letícia, mãe de Laura e de Bruno, está com uma doença em estágio avançado e, para resguardar os filhos, firmou com eles um contrato para regular sua herança, que contém bens e direitos. O documento foi assinado pelas partes e por duas testemunhas, mas as firmas dos envolvidos não foram reconhecidas em cartório.

Nos termos do Código Civil, o contrato firmado nessa situação hipotética é

- Ⓐ válido, pois cumpre todos os requisitos legais quanto ao objeto e à forma, fazendo as vezes de testamento particular.
- Ⓑ nulo, porque, independentemente da sua regularidade quanto à forma, seu objeto não poderia consistir em regular herança de pessoa viva.
- Ⓒ anulável, porque, embora cumpra os requisitos legais quanto ao objeto, não atende os relativos à forma, dado que as firmas dos envolvidos não foram devidamente reconhecidas.
- Ⓓ anulável, porque, embora cumpra os requisitos legais quanto à forma, não atende os relativos ao objeto, visto que não é possível regular herança de pessoa viva especificamente quanto aos seus direitos.
- Ⓔ anulável, porque, embora cumpra os requisitos legais quanto à forma, não atende os relativos ao objeto, pois não é possível regular herança de pessoa viva especificamente quanto aos seus bens.

Questão 51

Após a publicação de determinada decisão judicial, houve alteração na legislação que disciplina o recurso para impugnar o referido pronunciamento do magistrado.

Nessa hipótese, no que concerne às diretrizes sobre a lei processual civil no tempo, a interposição do recurso deve ser orientada pela teoria denominada

- Ⓐ instrumentalidade das formas.
- Ⓑ proibição de decisão-surpresa.
- Ⓒ substanciação.
- Ⓓ retroatividade irrestrita da lei mais benéfica.
- Ⓔ isolamento dos atos processuais.

Questão 52

O Ministério Público Federal (MPF) ajuizou ação de improbidade administrativa em razão da constatação de prática de ato considerado ímprobo pela Lei n.º 8.429/1992 e que causou prejuízo ao erário. Na ação, foram indicados três réus que colaboraram de forma dolosa para a prática do ato: um parlamentar federal; um notário, titular de serventia extrajudicial; e um particular favorecido na situação.

Nessa hipótese, de acordo com a legislação atualmente em vigor e a jurisprudência do STF sobre competência originária na ação de improbidade administrativa,

- Ⓐ todos os três réus devem ser julgados pelo STF.
- Ⓑ todos os três réus devem ser julgados por juízo de primeira instância na justiça comum.
- Ⓒ apenas o parlamentar federal deve ser julgado pelo STF, devendo os outros réus ser julgados por juízo de primeira instância na justiça comum.
- Ⓓ todos os três réus devem ser julgados pelo STJ.
- Ⓔ apenas o parlamentar federal deve ser julgado pelo STJ, devendo os outros réus ser julgados por juízo de primeira instância na justiça comum.

Questão 53

Com base nas regras referentes a direito probatório estabelecidas no Código de Processo Civil (CPC), assinale a opção correta.

- Ⓐ É vedado às partes estabelecer perícia consensual, com indicação de perito por acordo, para substituir aquela que seria realizada por perito indicado pelo juiz.
- Ⓑ O advogado do autor, caso deseje o depoimento pessoal de seu cliente, deve requerer a produção dessa modalidade de prova na petição inicial.
- Ⓒ A confissão extrajudicial pode ser feita de forma oral e, nessa hipótese, ela somente será eficaz nos casos em que o ordenamento jurídico não exija prova literal do fato.
- Ⓓ No que concerne aos métodos de valoração da prova, o ordenamento processual civil brasileiro adota como regra geral o sistema da prova legal.
- Ⓔ A ata notarial é modalidade de prova técnica que se submete ao instituto do contraditório e ampla defesa em sua formação.

Questão 54

De acordo com a jurisprudência dominante no STJ, na hipótese de duplicidade de intimações do advogado da parte ocorridas em diferentes datas, por meio do Diário de Justiça Eletrônico e do Portal Eletrônico de Intimação, deve prevalecer a intimação

- Ⓐ realizada por meio do Portal Eletrônico de Intimação.
- Ⓑ realizada por meio do Diário de Justiça Eletrônico.
- Ⓒ que seja indicada como correta pelo juiz, após exame do pedido de esclarecimento do interessado.
- Ⓓ que tenha sido feita anteriormente, independentemente da modalidade.
- Ⓔ que tenha sido feita posteriormente, independentemente da modalidade.

Questão 55

O CPC permite que seja exercido o juízo de retratação pelo órgão prolator de decisão judicial nas hipóteses de

- I apelação para impugnar sentença terminativa que julgou extinto o processo por falta de legitimidade do autor;
- II agravo de instrumento para impugnar decisão interlocutória de mérito;
- III agravo interno para impugnar decisão do relator que julgou monocraticamente o mérito de recurso de apelação;
- IV recurso ordinário para impugnar decisão colegiada de mérito que negou o pedido principal em mandado de segurança de competência originária de tribunal de justiça.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I e IV.
- Ⓑ II e III.
- Ⓒ II e IV.
- Ⓓ I, II e III.
- Ⓔ I, III e IV.

Questão 56

De acordo com o estabelecido no CPC para o procedimento extrajudicial de homologação do penhor legal, na hipótese de ausência de defesa do devedor que tenha sido devidamente notificado extrajudicialmente, o notário deverá

- Ⓐ encaminhar de ofício os autos à vara cível competente para o exame da matéria.
- Ⓑ arquivar o procedimento extrajudicial porque a homologação depende da manifestação expressa de todos os interessados.
- Ⓒ proceder à notificação do credor requerente para que ele busque a homologação na seara judicial.
- Ⓓ realizar nova notificação do devedor, advertindo-o da aplicação de pena de multa caso ele persista na inércia.
- Ⓔ formalizar a homologação do penhor legal por escritura pública.

Questão 57

Em razão de reiterada ausência de pagamento de aluguel, a locadora Renata ajuizou ação de despejo em face de sua inquilina Débora. Ao examinar a documentação juntada com a petição inicial, o magistrado verificou que o imóvel residencial urbano (objeto do processo) havia sido sublocado por Débora a Mariana com consentimento prévio da locadora.

Nessa hipótese, de acordo com o estabelecido na Lei n.º 8.245/1991, que trata da locação de imóveis urbanos, o juiz deve

- Ⓐ notificar a locatária Débora para que ela realize o chamamento ao processo da sublocatária Mariana.
- Ⓑ dar ciência da ação de despejo à sublocatária Mariana para que ela, caso deseje, ingresse no processo como assistente.
- Ⓒ determinar de ofício a citação da sublocatária Mariana para que ela obrigatoriamente integre o polo passivo da ação.
- Ⓓ intimar a autora Renata para que ela promova o aditamento da petição inicial com a ampliação subjetiva da lide.
- Ⓔ extinguir imediatamente o processo sem resolução do mérito, em razão da ausência de litisconsorte necessário.

Questão 58

A impugnação ao cumprimento de sentença pelo executado sob o argumento de que o título seria inexecutável porque fundado em lei declarada inconstitucional pelo STF

- Ⓐ é considerada manifestamente inadmissível porque essa matéria somente pode ser alegada em ação rescisória.
- Ⓑ deve ser admitida quando houver decisão da corte suprema prolatada em sede de controle de constitucionalidade concentrado ou difuso, anterior ao trânsito em julgado da decisão exequenda.
- Ⓒ pode ser utilizada pelo devedor como opção à ação rescisória, independentemente do momento do trânsito em julgado da sentença exequenda e da decisão do STF que fundamenta o pedido de revisão do título.
- Ⓓ somente é possível nos casos de sentença exequenda transitada em julgado anteriormente à entrada em vigor do atual CPC, porque essa possibilidade de defesa do executado está atualmente revogada.
- Ⓔ sujeita-se a multa por se embasar em argumento infundado e protelatório, que não encontra amparo no ordenamento brasileiro dada a eficácia preclusiva da coisa julgada.

Questão 59

Associação de notários e registradores de determinado estado da Federação impetrou mandado de segurança coletivo para impugnar lei estadual, supostamente inconstitucional, que alterou regras referentes ao provimento de serventias extrajudiciais e teria prejudicado direitos individuais homogêneos de seus associados. Na petição inicial, embora não tenha juntado autorização de seus associados, a autora afirmou que o prejuízo da categoria interessada era presumido.

Nessa situação hipotética, conforme a legislação e a jurisprudência dos tribunais superiores, o processo deve ser extinto sem resolução de mérito porque

- Ⓐ a legitimidade em mandado de segurança coletivo é exclusiva de organização sindical, de modo que a associação deve valer-se de outro instrumento para a tutela de direitos de seus associados.
- Ⓑ o mandado de segurança coletivo não pode ser utilizado para tutela de direitos individuais homogêneos.
- Ⓒ a instrução probatória em mandado de segurança é limitada e, por esse motivo, esse instrumento é incompatível com a tutela de direitos subjetivos.
- Ⓓ não cabe mandado de segurança contra ato normativo geral e abstrato.
- Ⓔ a impetração de mandado de segurança coletivo depende impreterivelmente de expressa autorização dos associados.

Questão 60

Com base nas regras processuais que disciplinam a função jurisdicional, o litisconsórcio e a intervenção de terceiros, julgue os seguintes itens.

- I Na hipótese de reconhecimento de incompetência, relativa ou absoluta, os efeitos da decisão serão conservados até que outra seja proferida pelo órgão jurisdicional competente.
- II O pronunciamento judicial que admite ou solicita a intervenção do *amicus curiae* é irrecorrível por expressa determinação legal.
- III A limitação do número de litisconsortes em razão da constatação de litisconsórcio multitudinário pode ocorrer na fase de conhecimento, na liquidação de sentença ou em sede executiva, desde que diante de litisconsórcio facultativo.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 61

No dia 21 de março de 2022, Bruno perturbou, por acinte, a tranquilidade de sua ex-companheira, Kelly, ao fazer, durante o expediente dela, uma única ligação para o telefone comercial da empresa em que ela trabalha, tendo gritado com ela e lhe exigido coisas relacionadas ao filho do ex-casal. Kelly ficou nervosa, assustada e preocupada com possíveis consequências profissionais contra si dessa conduta de Bruno, que, além de baseada no gênero da vítima, ocorreu no âmbito de relação íntima de afeto do ex-casal, uma vez que eles haviam sido companheiros e tiveram um filho juntos.

Nessa situação hipotética, conforme o Código Penal (CP), ao efetuar a ligação mencionada para Kelly, Bruno praticou

- Ⓐ o delito de violência psicológica contra a mulher.
- Ⓑ conduta atípica.
- Ⓒ o delito de ameaça.
- Ⓓ o delito de perseguição (*stalking*).
- Ⓔ contravenção penal de perturbação da tranquilidade.

Questão 62

Assinale a opção correta acerca da reincidência.

- Ⓐ A reincidência é circunstância de caráter pessoal que deve ser considerada na fase de execução, quando da unificação das penas, estendendo-se sobre a totalidade das penas somadas, com repercussão no cálculo dos benefícios executórios.
- Ⓑ Com o advento da Lei n.º 13.964/2019 (Pacote Anticrime), a caracterização da reincidência tornou-se restrita ao exame da natureza do delito (se comum ou hediondo) e da existência de registros aptos a caracterizarem a reincidência (genérica) do apenado.
- Ⓒ A reincidência do acusado, para ser reconhecida pelo juízo da execução, deve ser previamente declarada pelo juízo que prolatar a sentença condenatória.
- Ⓓ A comprovação da reincidência se dá mediante certidão expedida pelo cartório criminal, sendo insuficientes, para esse fim, as informações contidas na folha de antecedentes criminais do acusado.
- Ⓔ Por previsão estabelecida na Lei n.º 13.964/2019 (Pacote Anticrime), a pena privativa de liberdade será executada de forma progressiva, com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso, se reincidente na prática de crime hediondo ou equiparado, tiver cumprido ao menos metade da pena.

Questão 63

No que diz respeito aos crimes hediondos e aos crimes a eles equiparados, assinale a opção correta.

- A** Com o Pacote Anticrime, o crime de tráfico de drogas deixou de ser equiparado aos delitos hediondos.
- B** O requisito objetivo para a progressão de regime do condenado por tráfico de drogas é o cumprimento de 40% da pena, caso ele seja primário ou não reincidente específico em crimes hediondos ou equiparados sem resultado morte.
- C** O Pacote Anticrime conceituou o que se entende por crime hediondo ou a ele equiparado.
- D** O delito de tráfico, na sua forma privilegiada, é equiparado a crime hediondo.
- E** O Pacote Anticrime alterou a Lei n.º 8.072/1990 (Lei de Crimes Hediondos), incluindo em seu rol, retroativamente, o roubo circunstanciado pelo emprego de arma branca.

Questão 64

José, para satisfazer a própria lascívia, passou a mão, de maneira superficial e rápida, por baixo da blusa de Júlia, na altura dos seios dela. Júlia tem deficiência mental e, por isso, não tinha o necessário discernimento sobre a prática do ato.

Assinale a opção que indica corretamente a tipificação da conduta de José na situação hipotética apresentada.

- A** importunação sexual
- B** assédio sexual
- C** estupro de vulnerável
- D** ato obsceno
- E** estupro corretivo

Questão 65

Paulo, tabelião, no exercício da sua função pública, reconheceu como verdadeira uma falsa assinatura, por extenso, aposta em um documento, embora tivesse conhecimento de sua falsidade.

Assinale a opção correta acerca do delito praticado por Paulo nessa situação hipotética.

- A** O delito em questão pressupõe um comportamento comissivo do agente, não podendo, assim, ser caracterizado quando a conduta for praticada via omissão imprópria.
- B** Paulo cometeu crime comum com relação ao sujeito ativo.
- C** Há previsão legal da modalidade de natureza culposa do delito praticado por Paulo.
- D** O sujeito passivo do delito praticado por Paulo é o Estado, além das pessoas que, de alguma forma, tenham sido prejudicadas em razão do comportamento praticado por ele.
- E** Inadmite-se a tentativa no delito em questão, pois ele se consuma quando o agente, efetivamente, mesmo tendo conhecimento de que a assinatura aposta no documento é falsa, reconhece-a como verdadeira.

Questão 66

Eduardo forneceu, falsamente, a um cartório de registro civil, os nomes e prenomes dos avós paternos de uma criança, em desconformidade com a Lei n.º 6.015/1973 (Lei de Registros Públicos), a fim de promover inscrição de nascimento inexistente.

Considerando o delito cometido por Eduardo nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** Eventual ação penal interposta contra Eduardo será de iniciativa pública condicionada à representação da pessoa prejudicada com a utilização do registro inexistente.
- B** Eduardo praticou crime formal.
- C** Eduardo cometeu delito plurissubjetivo.
- D** O delito cometido por Eduardo é uma forma especializada do crime de falso na qual o agente fornece, falsamente, ao cartório de registro civil os dados exigidos pela Lei de Registros Públicos.
- E** Eduardo cometeu delito transeunte.

Questão 67

Tendo em vista as teorias sobre a relação de causalidade, assinale a opção correta.

- A** Segundo a teoria da equivalência dos antecedentes causais, elaborada por Von Kries, causa é a condição necessária e adequada que determina a produção do evento.
- B** A teoria da relevância jurídica é adotada pelo CP.
- C** Ao fornecer o conceito de causa, o CP distingue ação e omissão.
- D** A teoria da imputação objetiva surgiu com a finalidade de substituir a teoria da equivalência dos antecedentes causais.
- E** Conforme a teoria da imputação objetiva, afasta-se a tipicidade objetiva da conduta nos casos em que a vítima coloca si mesma em risco.

Questão 68

A respeito dos efeitos da condenação e da reabilitação previstos no CP, assinale a opção correta.

- A** O autor do delito terá direito à reabilitação apenas após cinco anos do cumprimento da pena ou da extinção da punibilidade por qualquer motivo.
- B** Os efeitos secundários da condenação são afetados pela concessão do indulto.
- C** Consoante entendimento do STJ, o direito ao esquecimento é inaplicável na seara criminal.
- D** A interdição temporária de direitos inclui-se no rol dos efeitos secundários da condenação elencados no CP.
- E** Segundo a jurisprudência do STF, para o reconhecimento de maus antecedentes, não se aplica o prazo quinquenal de prescrição da reincidência.

Questão 69

No que concerne à função das penas, são teorias relativas as doutrinas

- A** utilitaristas, que consideram e justificam a pena enquanto meio para a realização do fim utilitário da prevenção de futuros delitos.
- B** que concebem a pena como um castigo.
- C** que concebem a pena como retribuição do crime, justificada por seu intrínseco valor axiológico, vale dizer, não um meio, e tampouco um custo, mas, sim, um dever ser metajurídico que possui em si seu próprio fundamento.
- D** que concebem a pena como um fim em si própria.
- E** que, segundo Sêneca, são *quia peccatum*, ou seja, dizem respeito ao passado.

Questão 70

Assinale a opção correta referente ao crime de lavagem de capitais.

- A** Conforme a teoria da cegueira deliberada, é incabível a condenação pelo crime de lavagem de capitais se ausente o dolo direto.
- B** Um condenado por esse crime ao cumprimento inicial da pena em regime fechado não poderá vir a cumpri-la em regime inicial aberto como benefício por eventual delação premiada.
- C** A possibilidade de substituição da pena privativa de liberdade imposta por esse crime por pena restritiva de direitos restringe-se ao condenado que seja partícipe e colabore espontaneamente com as autoridades, prestando-lhes esclarecimentos que conduzam à apuração da infração penal.
- D** Tais como os crimes cibernéticos, os ambientais e as novas modalidades de extorsão mediante sequestro, o crime de lavagem de capitais é reconhecido como um crime emergente, por ser fruto de uma sociedade considerada pós-moderna.
- E** A lavagem de ativos constitui uma forma de participação *post-delictum*.

Questão 71

O prazo para conclusão do inquérito policial, quando o indivíduo tiver sido preso em flagrante pela prática de furto simples, mas lhe for concedida a liberdade provisória na audiência de custódia, é de

- A** 5 dias improrrogáveis.
- B** 30 dias prorrogáveis por um único período de igual duração.
- C** 10 dias improrrogáveis.
- D** 30 dias improrrogáveis.
- E** 30 dias prorrogáveis por prazos sucessivos, desde que o fato seja de difícil elucidação.

Questão 72

Assinale a opção correta com base no disposto no Código de Processo Penal (CPP) acerca da propositura da ação civil.

- A** Pode ser ajuizada ação cível em razão de não ter feito coisa julgada a sentença penal que reconhece ter sido o ato praticado em estado de necessidade.
- B** Admite-se o ajuizamento de ação cível em razão de não ter feito coisa julgada a sentença penal que reconhece ter sido o ato praticado em legítima defesa.
- C** Pode ser ajuizada ação cível em razão de não ter feito coisa julgada a sentença penal que reconhece ter sido o ato praticado em estrito cumprimento do dever legal.
- D** A decisão que julgar extinta a punibilidade não impedirá a propositura da ação civil.
- E** É admissível a propositura de ação cível em razão de não ter feito coisa julgada a sentença penal que reconhece ter sido o ato praticado no exercício regular de direito.

Questão 73

Antônio e Bernardo praticaram um estelionato na cidade de Blumenau – SC. Cinco dias depois, no momento da divisão do produto do crime, em Florianópolis – SC, Antônio matou Bernardo, de modo a assegurar a vantagem do crime precedente, e dirigiu de carro com o corpo até a cidade de São José – SC, onde enterrou Bernardo em um aterro sanitário.

Nessa situação hipotética, a competência para julgar os crimes será

- A** da Vara Criminal de Blumenau – SC.
- B** do Tribunal do Júri de Florianópolis – SC para julgar o homicídio doloso, da Vara Criminal de Blumenau – SC, para o estelionato, e do Tribunal do Júri de São José – SC, para a ocultação de cadáver.
- C** do Tribunal do Júri de Blumenau – SC.
- D** do Tribunal do Júri de São José – SC.
- E** do Tribunal do Júri de Florianópolis – SC.

Questão 74

Segundo dispõe o CPP, não se pode opor exceção de suspeição contra o

- A** perito.
- B** membro do Ministério Público.
- C** delegado de polícia.
- D** serventuário da justiça.
- E** intérprete.

Questão 75

Uma vez instaurado incidente de insanidade mental do acusado e verificando-se que a doença mental sobreveio à infração, quando já em curso a ação penal contra o acusado, deve o juiz

- A** suspender o processo até que o acusado se restabeleça, quando, então, a tramitação retomará seu curso.
- B** suspender o processo até que o acusado se restabeleça, não podendo ordenar sua internação em hipótese alguma, haja vista que o fato gerador da doença mental foi posterior à prática delitiva.
- C** seguir o fluxo normal do processo e determinar pena privativa de liberdade caso o acusado seja condenado, haja vista que a doença mental não decorre do momento da prática delitiva.
- D** seguir o fluxo normal do processo, devendo, porém, aplicar medida de segurança caso verifique ter o réu praticado a conduta.
- E** suspender o processo pelo prazo máximo de um ano, podendo determinar a internação do acusado em estabelecimento adequado.

Questão 76

O recurso cabível pela rejeição da queixa-crime no procedimento dos juizados especiais criminais é

- A** o recurso em sentido estrito dirigido ao tribunal de justiça.
- B** a apelação dirigida à turma de recursos, composta por três juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição.
- C** o agravo de instrumento, dirigido ao tribunal de justiça.
- D** a apelação, dirigida ao tribunal de justiça.
- E** o recurso em sentido estrito, dirigido à turma de recursos, composta por três juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição.

Questão 77

Assinale a opção correta no que se refere aos crimes ambientais de menor potencial ofensivo.

- A** Não cabe a utilização de qualquer benefício previsto na Lei n.º 9.099/1995, em razão da natureza difusa do crime ambiental.
- B** O período de prova da suspensão condicional do processo não pode ser prorrogado, em hipótese alguma.
- C** Para que haja proposta de transação penal (Lei n.º 9.099/1995, art. 76), há a necessidade de prévia composição do dano ambiental, exceto no caso de comprovada impossibilidade.
- D** Aos referidos crimes aplicam-se todos os benefícios da Lei n.º 9.099/1995, sem qualquer restrição ou modificação.
- E** É admitida a concessão da suspensão condicional do processo (Lei n.º 9.099/1995, art. 89), mas, para que haja extinção da punibilidade, é necessária a comprovação da reparação do dano ambiental, não sendo suficiente laudo de constatação que comprove ter o acusado tomado as providências necessárias.

Questão 78

Constitui nulidade de natureza absoluta

- A o atraso da autoridade policial ao deixar de proceder à remessa do auto de prisão em flagrante à Defensoria Pública.
- B a falta de intervenção do Ministério Público em ação penal privada subsidiária da pública.
- C o indeferimento de nova designação de interrogatório, quando o acusado, intimado, deixa de atender ao chamado da justiça.
- D a falta de nomeação de curador ao indiciado menor de 21 anos de idade.
- E a falta de apresentação de alegações finais pela defesa técnica.

Questão 79

No que concerne à ordem da oitiva de testemunhas, assinale a opção correta.

- A Sempre serão ouvidas inicialmente as testemunhas da acusação e, depois, as de defesa.
- B Sempre serão ouvidas inicialmente as testemunhas de defesa e, depois, as da acusação.
- C As testemunhas indicadas exclusivamente pelo juiz serão ouvidas antes das testemunhas das partes.
- D As testemunhas de acusação, ouvidas por precatória, podem ser ouvidas posteriormente às da defesa, sem resultar nulidade.
- E Serão ouvidas, de forma intercalada, uma testemunha da acusação e outra da defesa.

Questão 80

A competência para processar e julgar *habeas corpus* impetrado contra ato de promotor de justiça que atua em juizado especial do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (TJ/SC) é

- A das turmas recursais dos juizados especiais.
- B do juiz do juizado especial em que o promotor esteja atuando.
- C de juiz de direito do TJ/SC.
- D do Superior Tribunal de Justiça (STJ).
- E do TJ/SC.

Questão 81

Segundo o Código Civil (CC), em sociedade empresária de prazo indeterminado, não havendo disposição contrária em lei especial ou no contrato social, a notificação prévia do sócio dissidente aos demais sócios, quanto ao seu interesse de desligar-se da sociedade, deve ocorrer com antecedência mínima de

- A 30 dias.
- B 90 dias.
- C 15 dias.
- D 60 dias
- E 45 dias.

Questão 82

De acordo com o disposto no CC, o termo companhia ou sua abreviatura aplica-se à sociedade

- A limitada.
- B cooperativa.
- C anônima.
- D comandita por ações.
- E em conta de participação.

Questão 83

A consulta a assentamentos de empresas mercantis existentes nas juntas comerciais pode ser realizada

- A por qualquer pessoa, física ou jurídica, independentemente de provar interesse.
- B por qualquer pessoa, física ou jurídica, desde que fundamente a sua motivação.
- C somente pelo administrador da sociedade, quando comprovada essa condição por ato constitutivo.
- D somente pelos sócios, quando motivado o seu interesse, e pelo administrador da sociedade, independentemente de motivação.
- E somente pelos sócios ou pelo administrador da sociedade, independentemente de provarem interesse.

Questão 84

Na Lei Complementar n.º 123/2006, a definição “órgão ou instituição de natureza pública ou privada que tenha entre os seus objetivos o financiamento de ações que visem a estimular e promover o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação” refere-se a

- A instituição de apoio.
- B órgão de promoção da inovação.
- C instituição científica e tecnológica.
- D agência de fomento.
- E núcleo de inovação tecnológica.

Questão 85

Segundo a Lei n.º 9.279/1996, são patenteáveis

- A descobertas, teorias científicas e matemáticas.
- B programas de computador em si.
- C regras de jogo.
- D invenções que resultem em melhoria do processo fabril.
- E métodos terapêuticos aplicáveis à saúde animal.

Questão 86

Entre as teorias relativas aos títulos de crédito, a legislação brasileira se vincula

- A à teoria da criação, tão somente.
- B à teoria da emissão, apenas.
- C à teoria da criação e à teoria da emissão, apenas.
- D à teoria da declaração unilateral de vontade, tão somente.
- E ora à teoria da criação, ora à teoria da emissão, ora à teoria da declaração unilateral de vontade.

Questão 87

Em determinada execução processada no regime centralizado de execuções de que trata a Lei da Sociedade Anônima do Futebol (Lei n.º 14.193/2021), figuram como credores uma gestante, uma pessoa idosa e uma pessoa com doença grave.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção em que é corretamente apresentada a ordem preferencial para pagamento dos créditos executados.

- A I – gestante; II – pessoa com doença grave; III – pessoa idosa
- B I – pessoa idosa; II – pessoa com doença grave; III – gestante
- C I – pessoa com doença grave; II – pessoa idosa; III – gestante
- D I – pessoa idosa; II – gestante; III – pessoa com doença grave
- E I – pessoa com doença grave; II – gestante III – pessoa idosa

Questão 88

Segundo a Lei n.º 6.404/1976, em companhia aberta que não adote voto plural,

- A é vedada apenas a operação de cisão.
- B são vedadas as operações de incorporação, fusão e cisão.
- C são vedadas apenas as operações de incorporação e fusão.
- D são vedadas apenas as operações de fusão e cisão.
- E é vedada apenas a operação de fusão.

Questão 89

Considerando as disposições da Lei n.º 11.101/2005, julgue os seguintes itens.

- I O devedor deve comunicar ao juízo da falência ou da recuperação judicial em até 60 dias, a contar da citação, sempre que lhe forem propostas novas ações judiciais.
- II O edital com a relação de credores deve ser publicado pela autoridade judiciária em até 60 dias, a contar da manifestação do administrador judicial acerca da referida relação.
- III Os documentos e títulos que legitimam os créditos, se estiverem em outro processo judicial, quando apresentados ao juízo da falência ou da recuperação judicial, devem ser exibidos em original ou por cópia autenticada.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 90

Considerando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a respeito do direito empresarial, julgue os itens subsequentes.

- I Não são legitimadas a requerer recuperação judicial as associações civis com finalidade e atividades econômicas sem fins lucrativos.
- II Nos casos de autofalência, inexistindo protestos contra a devedora, o termo legal da falência deve ser fixado em 180 dias antes da distribuição do pedido.
- III Os credores fiduciários estão excluídos dos efeitos da recuperação judicial apenas quanto ao quinhão abrangido pelos bens alienados em garantia.

Assinale a opção correta.

- A Nenhum item está certo.
- B Apenas o item I está certo.
- C Apenas o item II está certo.
- D Apenas o item III está certo.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 91

Em relação à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), assinale a opção correta.

- A A saída dos Estados Unidos da América (EUA) da OTAN enfraqueceu substancialmente a aliança militar dos países-membros.
- B A OTAN é uma aliança militar do Ocidente, que surgiu no pós-Segunda Guerra mundial e durante a Guerra Fria.
- C A Rússia é o Estado-membro mais importante da OTAN, e seu presidente, Vladimir Putin, possui forte apoio da organização na invasão à Ucrânia.
- D Após a desintegração da União Soviética, a OTAN arquivou seu projeto de expansão para o leste europeu.
- E A crise do socialismo real na Europa oriental levou a OTAN a fornecer proteção militar aos países ainda considerados comunistas.

Questão 92

O aquecimento global é uma das faces da atual crise climática. Mitigar a emissão de gases poluentes na atmosfera é um desafio ambiental que tende a ganhar força no mundo. Para isso, é preciso, por exemplo, pensar em estratégias de distribuição de energia acessível e limpa, consumo e produção responsáveis. No que diz respeito às estratégias ambientais anteriormente citadas, é necessário fortalecer a prática de

- A agricultura de séculos passados.
- B desenvolvimento sustentável.
- C ocupação econômica das regiões polares.
- D aumento da produção com reduzida produtividade.
- E exploração ilimitada dos recursos naturais.

Questão 93

O Brasil é um dos maiores exportadores mundiais de alimentos, o que faz de sua produção agropecuária importante elemento para a constituição do produto interno bruto (PIB) do país. O avanço no campo, com significativo aumento da produtividade, deve-se, em larga medida,

- A à maior dependência das importações com a baixa da produção local.
- B à diminuição da demanda mundial por alimentos.
- C ao sistema sustentável de produção agropecuária e ao investimento em ciência e tecnologia.
- D ao êxodo rural, com a emigração de pessoas em massa para o campo.
- E à comercialização internacional de produtos sem procedência garantida.

Questão 94

O projeto de lei que trata do marco temporal para a demarcação de terras indígenas no Brasil, tem como principal objeto

- A a expansão de atividades econômicas das terras indígenas em áreas de preservação permanente para a defesa da conservação ambiental.
- B a ampliação das terras indígenas Xokleng, do interior da floresta amazônica para o cerrado.
- C a determinação da reserva Raposa-Serra do Sol, em Brasília, para que a terra seja expropriada e destinada à atividade pastoril.
- D a proteção da terra indígena Ibirama-Laklãnô, para que seu território seja incorporado ao mercado imobiliário.
- E a disposição de indígenas em terras que ocupavam ou disputavam em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal de 1988.

Questão 95

A globalização caracteriza-se por vários aspectos, entre os quais se inclui

- A o fechamento das fronteiras nacionais como forma de defesa das economias locais.
- B o desestímulo à formação de blocos econômicos regionais ou continentais.
- C o uso constante da ciência e do conhecimento, que demanda incessantes inovações tecnológicas.
- D o fim do uso do dólar como principal moeda para as transações comerciais.
- E a exclusão econômica de diversas regiões do planeta por não terem matéria prima e possibilidade de produção.

Questão 96

A questão ambiental, incluída na agenda mundial e importante tema nas relações internacionais, oferece ao Brasil a oportunidade de ser protagonista no cenário global. Isto decorre do fato de que o país

- A** tem grande diversidade natural e possui a maior área da floresta amazônica.
- B** já conseguiu eliminar o desmatamento ilegal e a exploração de riquezas minerais.
- C** decidiu manter inalterada sua matriz energética, concentrada nos combustíveis fósseis.
- D** faz pouco uso de seu potencial hidrelétrico, optando pelas usinas termelétricas.
- E** só agora pretende assinar acordos relacionados à defesa ambiental.

Questão 97

Considerando que as relações internacionais são múltiplas e centradas no poder, sobretudo na economia internacional contemporânea, assinale a opção correta.

- A** A China, potência mundial ascendente, abriu mão de explorar a África para não suscitar conflito com as metrópoles europeias colonialistas.
- B** Os EUA renunciaram à sua influência sobre os rumos políticos e econômicos da América Latina, convencidos de que o futuro de sua hegemonia mundial está na Europa.
- C** A disputa atual pela economia global se dá entre EUA e China, ancorada em seus interesses econômicos individuais.
- D** No Oriente Médio, Israel abandonou os territórios árabes que passou a ocupar após vitórias militares em diversas guerras.
- E** O reconhecimento formal do Estado da Palestina, ocorrido em 2022, devolveu a paz ao Oriente Médio e possibilitou sua cooperação econômica com Israel.

Questão 98

O Brasil se prepara para sediar a 30.^a Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-30), em novembro de 2025. A cidade escolhida para a reunião da conferência é

- A** Goiânia.
- B** Brasília.
- C** São Paulo.
- D** Manaus.
- E** Belém.

Questão 99

Considerando o papel da educação para a cidadania e para o sistema produtivo, assinale a opção correta no que se refere ao atual sistema educacional brasileiro.

- A** Repetência e evasão são graves problemas verificados na educação básica.
- B** Proporcionalmente, os investimentos públicos na educação básica são maiores que no ensino superior.
- C** A criação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) significou a extinção dos tradicionais exames vestibulares.
- D** A formação dos professores da educação básica se dá, no seu conjunto, nas universidades públicas.
- E** Educação básica é a atual denominação do antigo curso primário, de quatro anos.

Questão 100

No mundo atual, a chamada “governança mundial” tende a ser tema de grande relevância e suscita estudos e debates de grande importância. Em relação a esse tema, assinale a opção correta.

- A** A Organização das Nações Unidas (ONU), surgida no imediato pós-Segunda Guerra, não tem sido questionada em seus pressupostos e em seu modo de agir.
- B** A atual composição do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) atende aos interesses de todos os Estados-membros da ONU, por isso sua estrutura não tem sido alvo de debate.
- C** Países considerados emergentes, como o Brasil, estão a pleitear maior espaço nos fóruns decisórios mundiais, como na Organização das Nações Unidas (ONU).
- D** A extinção da Organização Mundial do Comércio (OMC), ocorrida por pressão da Comunidade Europeia, deixou um vácuo na regulamentação do sistema de trocas internacional.
- E** Provavelmente por influência dos EUA, os Estados americanos ainda não conseguiram criar um organismo multilateral que os congregue.

Espaço livre